



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA TRIPARTITE:

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Swedenberger do Nascimento Barbosa; Carlos Augusto Grabois Gadelha, Ana Estela Haddad, Felipe Proença de Oliveira, Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Rivaldo Venâncio da Cunha, Marco Aurélio Pereira, Nelson Soares Filho.

OPAS: Socorro Gross Galiano

CONASS: Jurandi Frutuoso, Miguel Paulo Duarte Neto, Claudia Mello, Miguel Paulo Duarte Neto, Tânia Mara Coelho, Élcio de Oliveira.

CONASEMS: Hisham Mohamad Hamida, Geraldo Reple Sobrinho, Mauro Guimarães Junqueira, Rodrigo Buarque Ferreira de Lima, Edivaldo Farias da Silva Filho, Lorena Fiorenzani e Verônica Savattin.

7ª Reunião Ordinária da CIT/2024 disponível no link: <https://youtu.be/eMSQOwl4hE4>

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

00:00:02 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:02:56 - Socorro Gross – Representante OPAS/OMS no Brasil.

00:08:59 - Tania Mara Coelho – Vice-presidente do Nordeste do Conass.

00:10:07 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

00:13:45 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaques:

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, cumprimentou os representantes das Secretarias do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e saudou os Diretores, os demais presentes e ouvintes on-line. Justificou a ausência da Ministra da Saúde – Nísia Trindade Lima - elencando demandas de impactos nacionais em todas as áreas do governo, lamentando, inclusive, ter de adiar assuntos de importância para próxima reunião. Agradeceu a hospitalidade, e passou a palavra à representante OPAS/OMS no Brasil, Socorro Gross, em seguida à banca para suas devidas saudações.

Socorro Gross, Representante da OPAS/OMS no Brasil, saudou com boas-vindas a todos os presentes, exprimindo a satisfação recebê-los na reunião, cujos trabalhos acrescentam ainda mais prestígio ao espaço democrático internacional da OPAS. Ratificou a importância do Brasil, em especial o Ministério da Saúde, na pessoa da Ministra Nísia Trindade, ausência mais do que justificada, enquanto acompanhava, no dia anterior, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento da Aliança Global contra a fome e a pobreza. Formalizou os cumprimentos nominais à representante do Conass, Sra. Tania Mara Coelho, substituindo o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, ao Sr. Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems. Parabenizou à saúde brasileira, representados aí trabalhadores da saúde, força política e gestão



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

eficiente de um bom programa de vacinação. Lamentou o fato de, no informe global de vacinação do mês anterior, as taxas de vacinação infantil terem diminuído no mundo, realidade diferente no Brasil, que há pouco figurava o sétimo lugar entre os vinte países de taxas de vacinação infantil mais preocupantes, e neste último relatório, saiu do grupo e avança especialmente em um tipo de cobertura que só decresce no resto do mundo: a vacina contra HPV, ressaltando a importância desse pioneirismo na proteção contra o câncer de útero e cólon.

Tânia Mara Coelho, Vice-Presidente do Nordeste do Conass, saudou a todos os presentes, em especial ao Dr. Edivaldo Faria da Silva Filho, na banca do Conasems, reconheceu seu trabalho com as arboviroses no SUS, em seguida, retomou o tema vacinal, reforçou o compromisso das gestões estaduais quanto à ampliação da cobertura e acesso às vacinas nos seus territórios.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou à mesa e todos os presentes, em especial aos seus pares que se fizeram presentes. Aproveitou o ensejo do tema de vacinação e parabenizou a todos os trabalhadores e gestores de saúde municipais, espaço onde acontece o resultado de toda política de vacinação.

Swedenberger Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, retomou a palavra celebrando as ações importantes do Brasil que tem resgatado o seu reconhecido prestígio quanto ao pioneirismo de políticas sociais e da saúde. Atribuiu à oportunidade de o país presidir o G20 no ano de 2024, como uma dessas consequências e como uma boa causa: a retomada de sua autoridade quanto aos índices de vacinação. Considerou a retomada da qualificação da máquina pública como um marco civilizatório para o país, justificando sua afirmação mediante a priorização dos investimentos em políticas sociais e inclusivas, que tem impactado drasticamente na redução das populações tocadas pela fome e miséria, a melhoria da qualidade de vida e acesso aos bens e serviços públicos, dos quais a Saúde é seu maior prestador. Mesmo diante de tamanha dificuldade, o SUS é um exemplo quanto a construção de espaços de diálogo franco e colaborativo entre os entes federados, exemplificando a CIT, bem como nas esferas de participação social do Conselho Nacional de Saúde e outras organizações civis. Concluiu chamando todos à responsabilidade, enquanto ocupantes temporários da gestão, enquanto exercício civil e político, para criar instrumentos que perenizem a natureza democrática dessa nova etapa civilizatória, cujos elos que sustentam a federação, estados e municípios, possam desenvolver, cada vez mais, oportunidades de vida e saúde para toda população, assim, emitiu um franco agradecimento a cada um dos atores que participam da construção do SUS, trabalhadores e trabalhadoras, gestores e gestoras municipais, estaduais e federal. Concluiu com votos



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

de esperança de uma mudança definitiva, sólida o suficiente para resistirem e se firmarem como agentes promotores de equidade no país.

2. APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

2.1. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Atualização do Programa Nacional de Redução de Filas.

00:19:33 - Aristides Vitorino de Oliveira – Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática.

00:25:29 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:26:06 - Tania Mara Coelho – Vice-presidente do Nordeste do Conass.

00:27:22 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

00:28:18 - Aristides Vitorino de Oliveira – Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática.

00:29:23 - Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do Conass.

Destaques:

Aristides Vitorino, Diretor do DAET, apresentou os indicadores do programa, apontou os comparativos de metas de realização das cirurgias planejadas que chegaram a 88% do programado dos 1,8 bilhões de reais previsto, 1,7 bilhões de reais já foram executados (de março de 2023 a maio de 2024). Retomou o panorama de 2023. Destacou que a redução da fila alcançou 60% e considerou ser um bom resultado, ainda que haja alguma disparidade quanto ao avanço do programa em alguns estados. Em um quadro comparativo, demonstrou pouca mudança entre os 10 procedimentos cirúrgicos mais realizados. Apontou a necessidade de priorizar agora cirurgias mais complexas, como cardiológicas, oncológicas e ortopédicas. Discorreu sobre os indicadores e número de cirurgias realizadas pelo programa no país, que subiu de 309 mil para 430 mil entre abril e maio de 2024, ranqueando-as pelo percentual de execução entre os estados e regiões, além da execução nacional, que avançou de 41% para 59% no mesmo período. Em relação à execução orçamentária, apresentou um avanço de 49% para 68% do recurso previsto. Sobre a taxa de expansão das cirurgias eletivas, tem-se mantido um patamar de 21%, pouco maior dos 19% a 20% do ano anterior. Em seguida, apresentou o status de adesão do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), que já conta com mais de 50% de adesões, entre Unidades Federadas (59%) e Municípios (51%), considerou ser um bom resultado e defendeu que é um resultado a ser melhorado, considerando o empenho que a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde vem dedicando em orientar os entes no que tem sido necessário para construção de seus planos de adesão ao programa, concluindo com a expectativa de colaboração dos Conselhos.



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

Swedenberger Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, instigou os Conselhos para divulgação e dar suporte aos territórios incentivando a adesão ao programa e, sugeriu em seguida, estabelecimento de metas para acompanhar o processo.

Tania Mara Coelho, do Vice-presidente do Conass, trouxe a preocupação de alguns estados sobre dois pontos, com relação ao PNRF, questionou sobre a continuidade do programa entre aqueles que já cumpriram suas metas físicas e financeiras, se ainda haverá incentivo financeiro para estes, além da simplificação do plano para que as cirurgias não fiquem atreladas aos prestadores. Com relação à PMAE, pede que, enquanto não for implementado o e-SUS Regulação e o módulo de captação de filas, que não sejam exigidas metas de filas para execução das OCI (oferta de cuidado integrado), sugerindo que fosse discutido melhor o assunto em conjunto, bem como sobre a situação das cirurgias realizadas nos estados utilizando o teto MAC. Trouxe também outro ponto, da SES São Paulo, sobre a possibilidade de agilizar o processo de descentralização de habilitações de serviços para aqueles estados que já estiverem adequados ao processo. Hisham Hamida, Presidente do Conasems, destacou a necessidade de considerarem o contexto orçamentário atual e, dentro que já está dado, buscar nas discussões de GT tripartite, entender as dificuldades daqueles entes com baixa taxa de execução do recurso e colaborar para que possam cumprir suas metas, assim como reconhecer os que já o fizeram, abrindo a possibilidade de recurso extra, caso seja possível. Reafirmou apoio na divulgação do programa junto aos municípios.

Aristides Oliveira, Diretor do DAET, corroborou, diante das limitações orçamentárias enfrentadas, ser uma boa sugestão de priorizar aqueles com dificuldades de execução dos recursos, em resposta ao Conasems. Aos questionamentos do Conass, tranquilizou quanto ao envio de fila, que se fará por meio de procedimento e não mais por OCI, facilitando o processo; sobre o e-SUS regulação, o DATASUS já confirmou que aplicação está pronta para ser lançada, e quanto ao módulo de captação de filas, já está liberado. Disponibilizou apoio técnico, caso houvesse algum entrave.

Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, solicitou ampliar a discussão em um outro momento, a fim de apresentar à SAES um levantamento, feito pelo Conselho, que identifica o faturamento das cirurgias, que deveria ser por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), pelo teto MAC, , acarretando numa baixa cobertura. Enfatizou o grande volume de cirurgias que tem sido realizado e, por isso, a importância de discutir esse assunto com brevidade.

2.2. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Atualização sobre a Dengue.

00:30:39 - Rivaldo Venâncio Cunha – Secretário Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente (SVSA).

00:36:46 - Lívia Carla Vinhal Frutuoso – Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses.



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

00:42:31 - Tânia Mara Coelho – Vice-Presidente do NE, do Conass.

00:43:12 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

00:44:57 - Rivaldo Venâncio Cunha – Sec. Adj. Secretaria de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente.

Destaques:

Rivaldo Cunha, Secretário Adjunto da SVSA, iniciou a apresentação atualizando das ações da SVSA sobre o problema das arboviroses, as incidências e as prevalências foram significativamente reduzidos, em especial a Dengue, o que levou a decisão, discutida em grupos tripartite, de desativação do Centro de Operações de Emergências (COE), porém mantendo a Sala Nacional de Arboviroses. Informou, que o próximo passo é o desenvolvimento do Plano Nacional de Enfrentamento às Arboviroses, com especial cuidado à Febre de Oropuche. Discorreu sobre os indicadores da Dengue e a situação atual nos estados e municípios, apontou a queda dos registros da doença como um bom momento para iniciar um plano de ação preparatório para a próxima onda. Somou às informações, os dados de vacinação contra a dengue, cujos registros de dose aplicadas chegam a 44,51% da quantidade distribuída, ressaltando que esses números podem ser maiores, dada a dificuldade que alguns municípios têm tido de informar suas aplicações, o que deve ser solucionado em breve com o suporte técnico da SVSA, que tem se dedicado ao intento. Seguiu trazendo os dados da Chikugunya e Zika vírus, que tem demonstrado algum aumento de casos, porém sem consequências de más formações fetais detectáveis, o que não diminui os esforços da Vigilância no acompanhamento da doença.

Convidou a Coordenadora Geral de Arboviroses, a Sra. Lívia Carla Vinhal Frutuoso, para apresentar os dados epidemiológicos atuais da nova arbovirose, Febre do Oropouche. A apresentação mostrou que o aumento da detecção tem sido consequência da ação de distribuição dos diagnósticos a todos os LACEN do país, cujo protocolo determina pesquisa do vírus quando não acusadas Dengue, Zika ou Chikugunya, já que partilham de sintomas semelhantes. A incidência, embora tenha sido mais presente no estado do Amazonas, tem aumentado em todo o país, muito devido á testagem agora possível. Por ser um vírus novo, pouco se conhece sobre sua sazonalidade e dispersão. Um fator preocupante é o seu vetor, que se desenvolve em matéria orgânica e é endêmico em todo o país, diferente dos já conhecidos transmissores das outras arboviroses. Até o momento, dois óbitos foram confirmados por infecção do vírus, e seis casos de transmissão vertical (fetal) estão em investigação. Discorreu sobre as ações realizadas pela SVSA bem como os próximos passos, que confluem para o melhor entendimento dessa nova doença, seu comportamento e ações preventivas como forma de preparo para um possível enfrentamento de maiores escalas.



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, questionou, após relatar as medidas de proteção usual contra as outras Arboviroses, se as mesmas medidas serviriam para os casos da Febre Oropouche. Em resposta, Sra. Livia explicou não poder afirmar, pois ainda não se tem informações suficientes sobre a relação vírus/vetor.

O Conasems ofereceu suporte aos esforços da SVSA, aceitos e referidos como muito necessários.

Rivaldo Cunha, Secretário Adjunto da SVSA, retomou a palavra e tranquilizou a todos sobre um surto endêmico da Febre Oropouche, explicou que o quantitativo de casos apresentados são consequências do aumento das testagens, mas que os números não configuram uma emergência epidemiológica; no momento as ações são de monitoramento e conhecimento científico.

3. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

3.1. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Minuta de Portaria que altera Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública.

00:47:13 - Rivaldo Venâncio Cunha – Secretário. Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente (SVSA)

00:53:51 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Nordeste do Conass.

00:53:59 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Rivaldo Venâncio Cunha, Secretário adjunto da SVSA, apresentou o contexto da Vigilância em Saúde do Trabalhador, discorreu sobre seu marco legal, os conceitos, a política, as diretrizes e as atribuições afim de significar a importância dessa minuta, que inclui obrigatoriedade de notificação para agravos antes apenas monitorados pelas Unidades Sentinelas da Rede de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Além disso, destacou a inclusão da possibilidade de notificação de casos suspeitos, antes não acompanhados. Concluiu expressando a motivação em ampliar a observação da Vigilância, esperando transformar, progressivamente, todas as unidades da Rede em unidades de notificação universais, capazes de captar informações úteis à Vigilância em Saúde do Trabalhador. Ao final, dedicou especial agradecimento aos técnicos dos Conass e Conasems, assim como toda equipe da SVSA, mãos necessárias para construção dessa minuta.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, manifestou-se pela pactuação da Portaria.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, manifestou-se pela pactuação da Portaria,

Encaminhamento: Pactuada a Minuta de Portaria que altera Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública.

3.2. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Minuta de Portaria dos Centros de Convivência.



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

00:55:55 - João Mendes Lima Júnior – Coordenador-Geral de Desinstitucionalização e Direitos Humanos da Rede de Saúde Mental.

01:01:52 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

01:03:25 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Nordeste do Conass.

01:04:15 - João Mendes Lima Júnior – Coordenador-Geral de Desinstitucionalização e Direitos Humanos da Rede de Saúde Mental.

Destaques:

João Mendes de Lima Junior, Coordenador-Geral de Desinstitucionalização e Direitos Humanos da Rede de Saúde Mental, contextualizou a minuta de Portaria, que trata da regulamentação e financiamento dos Centros de Convivência (CeCo) no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do SUS, criado pela Portaria de Consolidação nº 03/2017, porém, sem dispositivos de regulamentação, agora apresentados. Expôs a convergência com diversas outras políticas públicas, os objetivos, princípios e diretrizes do CeCo, além do seu financiamento, composto de um incentivo de valor de R\$ 20 mil, decidido por ser universalizado, independentemente do tamanho, para todos aqueles municípios que aderirem à implementação; e o custeio do serviço habilitado, categorizado mediante a especialidade e tamanho da equipe, variando em três faixas, crescentes por complexidade, CeCo I, II, II, respectivamente recebendo R\$ 30 mil, R\$ 35 mil e R\$ 45 mil mensais.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, reconheceu a importância da minuta em universalizar seu incentivo, bem como, o desafio que isso representa ao já limitado orçamento, assim, questionou a disponibilidade orçamentária para que se possa discutir os critérios de habilitação e que sejam evitadas habilitações além do possível, o que viria ser mais um transtorno do que benefício para a ponta. Atentou também para uma futura discussão sobre a Resolução nº 487 de 15/02/2023, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a política de Desinstitucionalização Manicomial, o que tem preocupado alguns municípios. Em seguida, emitiu seu voto de favorável à pactuação.

Tânia Coelho, Vice-presidente do Conass, compartilhou da preocupação do Conasems e concluiu sendo favorável à pactuação.

João Mendes, em resposta ao Conasems, assegurou estarem previstos pelo menos 54 CeCo por ano, dois por estado, já inclusos no planejamento orçamentário de 2024 e 2025.

Encaminhamento: Pactuada Minuta de Portaria dos Centros de Convivência.

**3.3. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS) –
Proposta de novas habilitações ao Eixo Estrutura do Qualificar - SUS.**



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

01:06:08 - Carlos Augusto Grabois Gadelha – Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde.

01:11:00 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

01:11:20 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário da SECTICS, contextualizou o Programa Qualifar-SUS enquanto ao seu marco legal, instituído em 2012, porém negligenciado desde 2019 e agora retomado. Discorreu sobre seus objetivos e eixos estruturais, atentando para a qualificação universal do olhar da Assistência Farmacêutica para além do insumo e do medicamento como produto ou mercadoria, para além do ato da simples dispensação do medicamento para considera-lo um ato de cuidado em saúde. Apresentou os números dos investimentos e a evolução das habilitações municipais, atualmente 70% destes já aderiram, prevendo-se uma universalização para 2027. Para que isso aconteça, um esforço conjunto tem sido feito entres os entes por meio dessa pactuação, que atenderá 1.639 novas habilitações, municípios entre baixo, médio e alto IDHM. O critério de desempate é beneficiando àqueles municípios mais vulneráveis. O recurso de R\$ 25 mil disponibilizado poderá ser investido em estrutura de mobiliário, equipamentos e informática; qualificação da assistência farmacêutica; promoção do acesso e do uso racional de medicamentos; serviços e outras despesas de custeio. Concluiu afirmando que a qualificação da Assistência Farmacêutica, impulsionada pelo Qualifar-SUS é um processo de grande importância para o SUS. Em curto prazo, impacta diretamente na melhoria do serviço ao usuário e nos processos trabalho dos gestores e trabalhadores, no longo prazo, a eficiência gerada no serviço acarretará em aquisições mais assertivas, manejo racional de estoques e redução de perdas, justificou o investimento de 0,01% do valor gasto com medicamentos no SUS por ano, nessa estratégia.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, manifestou-se pela pactuação da portaria.

Hisham Mohamed Hamida, Presidente do Conasems, manifestou-se favorável à pactuação.

Encaminhamento: Pactuada Proposta de novas habilitações ao Eixo Estrutura do Qualifar - SUS.

**3.4. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS) –
Proposta de pactuação do financiamento da Hidroxiuréia e da Alfapoetina no Componente
Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF).**

01:12:08 - Carlos Augusto Grabois Gadelha – Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS).

01:16:09 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

01:16:15 - Hisham Mohamad Hamida – Representante do Conasems.



RESUMO EXECUTIVO 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

Destaques:

Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário da SECTICS, fez uma breve explanação sobre os medicamentos a serem incorporados. Explicou que a Alfapoetina agora é incorporada ao tratamento de pacientes com doença falciforme, uma hemoglobinopatia não-rara, com incidência maior em pessoas pretas (78,6%), destes, em sua maioria mulheres (52,2%), que compromete a qualidade e expectativa de vida. Discorreu sobre seus benefícios e a previsão de impacto financeiro do primeiro ao quinto ano de incorporação ao SUS, acrescentando que tal custo, por outro lado, significa redução de transfusões sanguíneas recorrentes, necessárias, em muitos casos, aos pacientes, garantindo um retorno maior com redução desses custos.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, manifestou-se pela pactuação da portaria.

Hisham Mohamed Hamida, Presidente do Conasems, manifestou-se favorável à pactuação.

Encaminhamento: Pactuada Proposta de pactuação do financiamento da Hidroxiuréia e da Alfapoetina no Componente Especializado.

4. INFORMES

- 4.1. Secretaria Executiva (SE) – Situação de entrega dos Relatórios de Gestão (2018 a 2022) no Brasil.
- 4.2. Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) – A Saúde Indígena: Ações de Saúde para o Povo Yanomami.
- 4.3. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) – Programa Mais Médicos.
- 4.4. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde - 4ª CNGTES.
- 4.5. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 5ª CNSTT.

Informe extra

Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), informou sobre um relatório da aprovação ocorrida no dia anterior, no âmbito do Ministério da Saúde, do Plano de Dados Abertos, importante etapa da implementação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo, instituída pelo decreto nº 8.777 de 2017. Após os ritos da consulta pública, que durou 48 dias e teve 662 contribuições, já estão disponíveis 40 bases de dados abertas, com meta de chegar à 86 até o final de 2024, com potência de disponibilizar até 229 possíveis aberturas de bases progressivamente. Ressaltou que todo esse processo é desidentificado e anonimizado, atendendo à Lei Geral de Proteção de Dados, considerando ser um passo importante que o Ministério da Saúde dá no aspecto da transparência ativa e da disseminação de informações estratégicas à população.



RESUMO EXECUTIVO
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 25/07/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

*Os documentos, lista de presença, apresentações e resumo executivo estão disponíveis em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>